

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.743.760 - RJ (2018/0125945-5)**

**RELATORA** : **MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI**  
**RECORRENTE** : AIG BRASIL COMPANHIA DE SEGUROS  
**ADVOGADOS** : ILAN GOLDBERG E OUTRO(S) - RJ100643  
EDUARDO CHALFIN - RJ053588  
JOÃO PAULO SÁ DE FREITAS - RJ133312  
**OUTRO NOME** : CHARTIS SEGUROS BRASIL S.A  
**RECORRIDO** : JUSSARA FERREIRA DA SILVA  
**RECORRIDO** : VIVIANNY FERREIRA NUNES  
**ADVOGADOS** : CRISTIANO MESCOLIN DO CARMO E OUTRO(S) - RJ110182  
CICLONE RIBEIRO PERBONI - RJ128200  
**RECORRIDO** : SONIA DE ALBUQUERQUE PINHEIRO  
**RECORRIDO** : MARCELO DE ALBUQUERQUE PINHEIRO  
**ADVOGADO** : GUILHERME ANTÔNIO VIDAL KRESS E OUTRO(S) -  
RJ065468  
**AGRAVANTE** : JUSSARA FERREIRA DA SILVA  
**AGRAVANTE** : VIVIANNY FERREIRA NUNES  
**ADVOGADOS** : CRISTIANO MESCOLIN DO CARMO E OUTRO(S) - RJ110182  
CICLONE RIBEIRO PERBONI - RJ128200  
**AGRAVADO** : AIG BRASIL COMPANHIA DE SEGUROS  
**ADVOGADOS** : ILAN GOLDBERG E OUTRO(S) - RJ100643  
EDUARDO CHALFIN - RJ053588  
JOÃO PAULO SÁ DE FREITAS - RJ133312  
**OUTRO NOME** : CHARTIS SEGUROS BRASIL S.A  
**AGRAVADO** : MARCELO DE ALBUQUERQUE PINHEIRO  
**AGRAVADO** : SONIA DE ALBUQUERQUE PINHEIRO  
**ADVOGADO** : GUILHERME ANTÔNIO VIDAL KRESS E OUTRO(S) -  
RJ065468

**DECISÃO**

Trata-se de agravo ajuizado por JUSSARA FERREIRA DA SILVA E OUTRA em face da decisão que negou seguimento ao recurso especial interposto em face de acórdão assim ementado:

AGRAVO DE INSTRUMENTO. PROCESSUAL. AÇÃO DE RESPONSABILIDADE CIVIL EM DECORRÊNCIA DE ACIDENTE DE TRÂNSITO. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. IMPUGNAÇÃO APRESENTADA PELA SEGURADORA QUESTIONANDO SUA CONDENAÇÃO SOLIDÁRIA, EM RAZÃO DE TER FUNCIONADO COMO MERA ASSISTENTE SIMPLES DA PARTE RÉ. ENTENDIMENTO DO JUÍZO A *QUO* NO SENTIDO DE QUE A MENCIONADA INTERVENÇÃO SE DEU, NA VERDADE, NA MODALIDADE DE ASSISTENTE

LITISCONSORCIAL, O QUE LEGITIMARIA A RESPECTIVA CONDENAÇÃO. QUANTUM FIXADO A TÍTULO DE DANO MORAL E MATERIAL QUE ULTRAPASSA O VALOR CONSTANTE NA APÓLICE. MAGISTRADO DE 1º GRAU QUE CONCLUIU PELA IMPOSSIBILIDADE DE MODIFICAÇÃO DA DECISÃO, SOB O FUNDAMENTO DE QUE A QUESTÃO TRANSITOU EM JULGADO. PARCIAL REFORMA DO DECISUM.

A parte agravante sustenta, em síntese, que a redução da responsabilidade da seguradora - limitada ao valor da apólice pela Corte de origem - violou o instituto da coisa julgada.

Inviável a pretensão, pois a verificação do tema não prescindiria do exame acerca dos limites da coisa julgada, em desconformidade com as premissas estabelecidas no acórdão recorrido, averiguação que não é possível em sede de recurso especial, por envolver o reexame de circunstâncias fáticas da lide:

AGRAVO INTERNO. RECURSO ESPECIAL. PREQUESTIONAMENTO. AUSÊNCIA PARCIAL. FUNDAMENTO NÃO COMBATIDO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. INEXISTÊNCIA. COISA JULGADA. INTERPRETAÇÃO. LIMITES. LIQUIDEZ DA DÍVIDA. REEXAME DE MATÉRIA FÁTICA DA LIDE. IMPOSSIBILIDADE. ENUNCIADOS 282 E 356/STF E 7, 83 E 182 DA SÚMULA DO STJ.

1. Não tendo havido o prequestionamento de parte dos temas ventilados no recurso especial, incidem as Súmulas 282 e 356 do Supremo Tribunal Federal.
2. Não há ofensa ao art. 535 do Código de Processo Civil revogado quando o Tribunal de origem se manifesta, de modo suficiente, sobre todas as questões levadas a julgamento, não sendo possível atribuir vício algum ao acórdão somente porque decidiu em sentido contrário à pretensão da recorrente.
3. O acolhimento das alegações de ofensa à coisa julgada dependeria de reexame de matéria fática, o que é inviável em recurso especial, nos termos da Súmula 7 do STJ. Precedentes.
4. Nos termos do art. 1021, § 1º, do Código de Processo Civil/2015 e da Súmula 182/STJ, é inviável o agravo interno que deixa de atacar especificamente todos fundamentos da decisão agravada.
5. Questão, ademais, em sintonia com a jurisprudência deste

Tribunal (Súmula 83/STJ).

6. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt nos EDcl no REsp 1358968/MG, Relator Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, DJe 08/06/2017)

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO 3/STJ. SERVIDOR PÚBLICO. EMBARGOS A EXECUÇÃO. VIOLAÇÃO DA COISA JULGADA. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO CONHECIDO PARA NÃO CONHECER DO RECURSO ESPECIAL.

1. A revisão do julgado, de modo a acolher a pretensão recursal, no sentido de que houve violação aos limites objetivos e subjetivos da coisa julgada, demandaria, necessariamente, o revolvimento do acervo fático-probatório, inviável em recurso especial, nos termos da Súmula 7 desta Corte.

2. Agravo interno não provido. (AgInt no AREsp 1.133.837/RJ, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, Segunda Turma, DJe 12/12/2017).

ADMINISTRATIVO E PROCESSO CIVIL. AGRAVO INTERNO EM RECURSO ESPECIAL. SERVIDOR PÚBLICO. GRATIFICAÇÃO DE DESEMPENHO. APLICAÇÃO DA PARIDADE ENTRE ATIVOS E INATIVOS. TESE DE INOCORRÊNCIA DE COISA JULGADA MATERIAL. ANÁLISE QUE DEMANDA APRECIACÃO DO ACERVO FÁTICO PROBATÓRIO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. LIMITAÇÃO TEMPORAL CONTIDA NO TÍTULO EXECUTIVO. FUNDAMENTO NÃO ATACADO. SÚMULA 283/STF. AGRAVO INTERNO A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

[...]

3. Dessa forma, rever o entendimento firmado pela instância ordinária para concluir que a análise do pedido formulado pela parte Recorrente não ofenderia os limites da coisa julgada demandaria, necessariamente, o exame do conjunto fático probatório existente nos autos, prática vedada pela Súmula 7/STJ. Precedentes: AgRg no AREsp. 758.513/SP, Rel. Min. HUMBERTO MARTINS, DJe 22.3.2016; AgRg no REsp. 1.157.779/RJ, Rel. Min. NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, DJe 22.6.2016.

[...] (AgInt no REsp 1.604.184/RN, Rel. Ministro NAPOLEÃO

# *Superior Tribunal de Justiça*

NUNES MAIA FILHO, Primeira Turma, DJe 07/12/2016).

Em face do exposto, nego provimento ao agravo.

Intimem-se.

Brasília (DF), 1º de abril de 2020.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI  
Relatora